

Vago, Vacante, Vazio: Um Ensaio Sobre a Ruína na Cidade Contemporânea**Vacant, Vacant, Empty: An Essay on Ruin in the Contemporary City**

DOI:10.34117/bjdv6n9-114

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 04/09/2020

Marina Ribeiro de Freitas

Graduada em Arquitetura e Urbanismo

Instituição de atuação atual: Universidade de Fortaleza

Endereço completo: R. Silva Jatahy, 505, ap. 702 — Fortaleza, CE 60165-070

E-mail: marinaribeirofr.arq@gmail.com

RESUMO

No mundo atual, onde debates acerca da sustentabilidade e seus princípios tem se tornado cada vez mais indispensáveis, surge uma reflexão no campo da arquitetura em relação à importância da reabilitação de vazios urbanos e de alternativas à demolição das edificações neles contidas. O presente artigo busca um novo olhar sobre as estruturas subutilizadas e abandonadas na cidade contemporânea, vazios silenciosos em meio a agitação dos hábitos urbanos. São ruínas que revelam a passagem do tempo, edificações que se despedaçam e perdem aos poucos seus potenciais estruturais e espaciais, contrastando com o tecido urbano por suas condições de uso e ocupação.

Palavras-chave: Vazios urbanos, cidade contemporânea, *brownfields*, *terrain vague*

ABSTRACT

In today's world, where debates about sustainability and its principles have become increasingly indispensable, a reflection arises in the field of architecture regarding the importance of the rehabilitation of urban voids and alternatives to the demolition of the buildings they contain. This article seeks a new look at underused and abandoned structures in the contemporary city, silent voids in the midst of the turmoil of urban habits. They are ruins that reveal the passage of time, buildings that break down and gradually lose their structural and spatial potential, contrasting with the urban fabric for their conditions of use and occupation.

Keywords: urban emptiness, contemporary city, brownfields, terrain vague

1 VAGO, VACANTE, VAZIO

O espaço urbano abandonado simboliza uma situação urbana peculiar, assumindo uma pluralidade de papéis na cidade contemporânea. São espaços e estruturas esquecidas na cidade, vazios silenciosos em meio a agitação do meio urbano. São ruínas que revelam a passagem do tempo, edificações que se despedaçam e perdem aos poucos seus potenciais estruturais e espaciais, contrastando com o tecido urbano por suas condições de uso e ocupação. Tão múltiplo e complexo é seu significado, quanto sua nomenclatura, havendo uma série de terminologias conceituais que buscam compreendê-lo. À vista disso, se faz necessário um estudo dos principais conceitos utilizados para definir tais espaços. As terminologias variam e, ao longo do tempo, diversas nomenclaturas e definições buscaram batizar o espaço urbano abandonado na cidade contemporânea, por vezes generalizando-o demasiadamente ou tornando-o específico demais.

Segundo Borde, os debates recentes acerca do espaço urbano abandonado iniciaram em meados do século XIX, momento no qual o vazio urbano passa a ser identificado como um fenômeno significativo, em um contexto onde as condições urbanas das grandes cidades se agravam, devido o crescimento espacial e o adensamento populacional, de modo que o tecido urbano se adensa.

A partir do final da década de 1970, as cidades europeias vivenciaram de forma mais intensa as transformações urbanas consequentes da Revolução Industrial que, ao modificar os modos de produção fabril, interferiu diretamente na organização espacial do espaço urbano, estimulando o processo de descentralização das indústrias, gerando uma quantidade considerável de áreas industriais abandonadas.

Nesse contexto, a França, em 1979, e a Inglaterra, em 1982, começaram a elaborar os primeiros estudos relacionados aos vazios urbanos, a fim de compreender o fenômeno urbano de formação das áreas desfuncionalizadas.

Em meio às reflexões a respeito do espaço urbano abandonado, identifica-se a necessidade de se nomear esses sítios. Na França, decide-se adotar o termo *friche*, que retoma o conceito de abandonado, improdutivo e subutilizado, acompanhado de outra palavra que qualifique seu uso. O geógrafo francês Jean Labasse apresenta o termo francês *friches industrielles*, que titula os terrenos ou edifícios industriais desocupados, evidenciando o processo de descentralização e deslocamento das edificações industriais, seguido dos termos *friches commerciales* e *friches urbaine*.

Na Inglaterra, a terminologia é menos específica, com destaque para os termos *brownfields*, *derelict lands* e *blight areas*. A primeira expressão, traduzida literalmente como “campo marrom”,

é aplicada a amplas áreas industriais desvalidas, sendo antagônica ao termo *greenfields*. O termo *derelect lands* se estabelece quando o processo de vacância se prolonga sobre o tecido urbano consolidado. Quando esse processo de desocupação atravessa os limites físicos, resultando na degeneração do entorno que, como consequência, ocasiona novas áreas desabilitadas, esses espaços passam a denominados de *blight areas*.

Na década de 1980, Kevin Lynch aproxima-se dos espaços abandonados e os define como *wastelands*. São os terrenos dos sem-teto, dos ciganos, dos catadores de lixo, dos criminosos. “A rotulagem de algo como lixo deve sempre perguntar: lixo para quem?” (LYNCH, 1990, p. 148)

Wastelands são os refúgios das pessoas rebeldes, marginais, ilegais. Os pântanos eram os esconderijos dos escravos do sul. As montanhas abrigavam os guerrilheiros cubanos e os intelectuais deslocados da China. As margens frias e úmidas do norte da Rússia europeia eram ocupadas por idosos e fugitivos da heresia religiosa. Terras desertas são lugares de desespero, mas também protegem as relíquias e as primeiras formas de algo novo. São lugares para sonhos, para atos anti-sociais, para exploração e crescimento. (LYNCH, 1990, p. 158)

Lynch reconhece que o espaço urbano abandonado raramente é vazio, sendo usualmente ocupado por grupos marginalizados, excluídos, desprezados. O autor enfatiza a importância do espaço ocupado e do seu valor de uso onde o conceito de liberdade nesses territórios difere da liberdade oferecida pelo Estado, assemelhando-se da compreensão de liberdade identificada em espaços denominados como *no man's land*, *dead zones* e *terrain vague*.

Na década seguinte, o espanhol Solà-Morales apresenta o termo francês *terrain vague*, na tentativa de definir o espaço urbano abandonado, estabelecendo-o como esquecido, um local no qual a memória do passado predomina sobre o presente. Para o autor, a expressão *terrain vague* é passível de um conjunto de significados e interpretações:

Em francês, o termo *terrain* tem um caráter mais urbano que o inglês *land*, desta forma é preciso advertir que *terrain* é, em primeiro lugar, uma extensão de solo de limites precisos, edificável, na cidade. (...) devemos atentar que o termo *vague* tem dupla origem latina, além de uma germânica. Esta última, da raiz *vagr-wogue*, se refere às ondulações, às ondas das águas e significa: movimento, oscilação, instabilidade e flutuação. *Wave*, em inglês, é evidentemente uma palavra de mesma raiz. Entretanto, nos interessa ainda mais as duas raízes latinas que convergem no termo francês *vague* como derivado de *vacuus*, *vacant*, *vacum*, em inglês, é como *empty*, *unoccupied*, assim como também *free*, *available*, *unengaged*. (...) Há um segundo significado que se superpõe ao de *vague*, em francês, como *vacant*. Esse é o termo *vague* procedente do latim *vagus*, ou *vague* também em inglês, no sentido de *indeterminate*, *imprecise*, *blurred*, *uncertain*. (SOLÀ-MORALES, 2002)

Solà-Morales aprofunda-se no conceito de liberdade identificado na *terrain vague* e a relação do espaço abandonado com a ausência de uso e de atividade urbana, com a condição de um lugar existente, porém, ao mesmo tempo, vazio. O autor dispõe sobre a busca por liberdade frente às

idades contemporâneas:

Os produtores cinematográficos, os fotógrafos, os escultores da performance instantânea buscam refúgio nas margens da cidade precisamente quando essa cidade lhes oferece uma identidade abusiva, uma homogeneidade esmagadora, uma liberdade sob controle. O entusiasmo por esses espaços vazios, expectantes, imprecisos, flutuantes é, uma estratégia urbana, uma resposta para nossa estranheza ante o mundo, ante nossa cidade, ante nós mesmos. (SOLÀ-MORALES, 1995)

Lynch e Solà-Morales assumem a potencialidade do espaço urbano abandonado, desmistificando a repulsa ao abandono e reconhecendo-o como espaço de reutilização e revitalização, espaços que, apesar de aparentemente vazios, estão ocupados por potencialidades e esperanças. Ambos os autores defendem os espaços abandonados como territórios que possibilitam uma nova experiência urbana a partir da apropriação e ocupação.

Em 1997, os arquitetos Iñaki Ábakis e Juan Herreros apresentam o termo *áreas de impunidade*, conceito que contempla novas oportunidades a partir de áreas suburbanas desertas em um âmbito territorial. É uma aproximação entre espaço público e paisagem natural, que surge a partir de espaços vazios, terrenos baldios: “um campo que tenha perdido seus atributos ao aproximar-se da cidade, esterilizando-se antes de ocupa-lo, mas também concedendo um papel transcendental em seu novo contexto.”

De certa forma, as *áreas de impunidade* se difere dos conceitos anteriormente revisados uma vez que vai além da cidade tradicional, considerando áreas periféricas ainda não consolidadas, espaços onde as relações estabelecidas com o lugar se apresentam livres das articulações relativas à cidade formal, onde se passa a considerar novas formas de interação com a paisagem, o espaço e seus usuários.

Áreas de impunidade (...) significa um esforço em experimentar a partir de novas dimensões do público, algo que nós situávamos quase sem hesitar na periferia da cidade, entendendo a cidade como um ente histórico europeu, herdada como um acontecimento histórico terminado, que somente aceitava mimeses, terminações, *liftings*, algo muito mais parecido com a mumificação que a requalificação da arquitetura. Na periferia entendíamos que se escondiam aqueles lugares que ofereciam novas versões do público. (BERRÍOS-NEGRÓN, 2009)

No cenário brasileiro, foi somente a partir da Constituição da República Federativa de 1988, principal marco da redemocratização do país, que se iniciaram debates acerca de espaços vazios, ociosos, terrenos baldios e edificações subutilizadas. A Constituição dispõe sobre a função social da propriedade, atribuindo obrigações ao proprietário da terra, afim de garantir que o direito individual não desrespeite o coletivo. “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXIII – a propriedade atenderá a sua função social. (BRASIL, 1988)

Treze anos após a Constituição da República de 1988, é publicado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), documento que define a cidade como uma produção coletiva, aprofundando o entendimento da função social da propriedade e da cidade. O Estatuto da Cidade “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.”

Para todos os efeitos, essa Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (BRASIL, 1988)

Embora a função social da propriedade conste, desde 1988, na Constituição da República do Brasil, foi somente em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade, que se ocorreu a explicitação do significado da função social.

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. (ESTATUTO DA CIDADE, 2008)

Mais tarde, em 2008, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, publicou o Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, que conceituou os espaços urbanos abandonados. O documento identifica os vazios urbanos como resultado dos processos de apropriação e ocupação do espaço provenientes da dinâmica urbana.

[Os vazios urbanos] consistem em espaços abandonados ou subutilizados localizados dentro da malha urbana consolidada, em uma área caracterizada por grande diversidade de espaços edificados, que podem ser zonas industriais subutilizadas, armazéns e depósitos industriais desocupados, edifícios centrais abandonados ou corredores e pátios ferroviários desativados. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 142)

É pertinente destacar que os conceitos de vazios urbanos, *áreas de impunidade*, *terrain vague*, *wastelands*, *derelict lands*, *brownfield* e *fringes* buscam traduzir e compreender o espaço urbano abandonado na cidade, evidenciando, nesses espaços, a condição de vacância e de escassez, de modo que a ausência de uso é a circunstância que distingue o espaço urbano abandonado do restante da

cidade, sendo, por fim, a inexistência da função social da propriedade o que caracteriza os vazios urbanos.

2 O ABANDONO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Para Hobsbawm (1982, p. 43), a passagem da Idade Média para a Contemporânea possui como principal marco a Revolução Industrial, quando a cidade adormece para as relações mercantis e desperta para um novo processo capitalista-industrial.

Pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. (HOBSBAWN, 1892, p. 44)

Nessa nova etapa de desenvolvimento urbano e humano, ocorreram vastas mudanças na dinâmica da cidade e de seus habitantes. O homem moderno, em busca de melhorias na qualidade de vida, passou a movimentar-se, migrando do campo para a cidade, da cidade pequena para a cidade grande.

Com os processos de deslocamento do homem moderno, as cidades sofreram transformações causadas, especialmente, pelo adensamento populacional e a expansão territorial. As mudanças nas tecnologias construtivas permitiram maiores verticalizações que acarretaram na concentração populacional nas áreas centrais. Por outro lado, as indústrias localizadas nos arredores das cidades, incentivaram a ocupação das periferias e subúrbios, provocando a expansão territorial.

O crescimento da Cidade Industrial intensificou o processo de demolição de edificações antigas, de jardins, de pomares e aldeias, qualquer estrutura que impedisse o avanço da cidade. Não importava o valor simbólico ou histórico dos espaços, eram sacrificados em prol do tráfego rápido ou do ganho financeiro.

Sob a orientação capitalista, o território se converte em mercadoria, tornando-se uma propriedade privada, que pode ser comprada e vendida, concentrada nas mãos de poucos. Segundo Harvey (1980):

Uma vez subordinada à lógica capitalista, a terra se apresenta como sendo uma mercadoria, isto por diversas razões. Inicialmente, como vimos, ela é monopolizável. Ela é composta, igualmente, de uma dupla face: por um lado, valor de uso – exprimindo-se como meio de existência – e, por outro lado, é expressa como valor de troca, pois valor de uso para outros que não a possuem. Neste sentido, o acesso à terra acaba sendo seletivo, o que, conseqüentemente, determina de maneira relativa o uso da terra de um lugar. Logo, pensar o uso da terra e a organização do espaço urbano remete a veri car como a busca pela renda da terra se torna central no momento da colisão entre valor de uso e valor de troca, que transforma o solo e as benfeitorias em mercadorias. (HARVEY, 1980)

Nesse novo cenário mercadológico, o Capitalismo se fortalece como atividade libertadora, de modo

que Mumford (1998) destaca a mudança do conceito de liberdade na Era Industrial:

Durante a Idade Média, “liberdade” significava liberdade em relação às restrições feudais, liberdade para as atividades corporativas da municipalidade, a guilda, a ordem religiosa. Nas novas cidades do comércio (...) liberdade significava liberdade das restrições municipais: liberdade para o investimento privado, para o lucro privado e para a acumulação privada, sem qualquer referência ao bem-estar da comunidade como um todo. (MUMFORD, 1998, p. 450)

A partir da segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o modelo de produção fordista, com grandes áreas industriais e produção em massa, é substituído por um padrão flexível de acumulação, que provoca uma reestruturação no sistema capitalista. Essa reestruturação reflete no espaço urbano, como a afirma Saskia Sassen (1998):

Uma multiplicidade de centros manufatureiros e cidades portuárias, outrora importantes, perderam suas funções e encontram-se em declínio, não só nos países menos desenvolvidos, mas como também nas economias mais adiantadas. (SASSEN, 1998, p. 17)

Essa reorganização do espaço urbano colaborou para o aparecimento de áreas abandonadas, atingindo principalmente edifícios e complexos industriais. Com a obsolescência do uso e em completa decadência física e funcional, esses espaços passaram a ser percebidos de forma negativa, estruturas descartadas pelo sistema produtivo capitalista.

Para compreender a relação entre a sociedade e a Cidade Contemporânea, bem como a produção do espaço urbano abandonado, vale atentar-se à afirmação de Manuel Castells (2005). Segundo o autor, o espaço é construído a partir da dinâmica da estrutura social, determinando a cidade não como um lugar, mas como um processo derivado dos fluxos e da organização social.

Por fluxos, entendo as sequências internacionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. (CASTELLS, 2003, p. 501)

O espaço urbano abandonado é, portanto, fruto desse processo. Um processo que, ao mesmo tempo que conduz cidades e habitantes a uma perspectiva de evolução, deixa para trás memórias, esquecimento e devastação.

O arquiteto Flávio Villaça (1998) reconhece que a configuração das cidades é dominada pelos interesses da classe dominante, através de três mecanismos: o político (legislação, infraestrutura e acessibilidade), o econômico (controle do mercado imobiliário), e o cultural (disseminação de um estilo de vida que facilite a dominação do território).

À vista disso, a produção desigual do espaço urbano é definida pela escolha de uma porção dominante que gera especulação imobiliária, entre outros motivos, que causam o abatimento de certos imóveis ou até mesmo de áreas inteiras. Um processo que provoca não apenas o esvaziamento de certos locais, mas também a subutilização e a precarização do espaço urbano.

Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que a vida e o direito, externo e interno, se confundem. Fora ou dentro. (AGAMBEN, 2002, p. 15)

Ermínia Maricato (2010) destaca, na produção desigual do espaço urbano, que a maioria das obras desenvolvidas pela gestão urbana não democratizam o acesso à terra, muito pelo contrário, fortalecem e alimentam a especulação imobiliária ao direcionar investimentos públicos que valorizam propriedades fundiárias ou imobiliárias, especialmente por meio da abertura de circulação viária.

Identifica-se também a falta de eficácia dos programas de regularização de terras urbanas, onde o Estado se torna um importante participante na produção do espaço urbano. O Estado, ao definir formas de uso e ocupação do território, intervém diretamente no valor do solo, diversas vezes beneficiando os interesses capitalistas e burlando a função social da propriedade.

Tais programas não têm intervindo de maneira significativa na estrutura fundiária, especialmente por terem pouca relação com outras políticas públicas acerca dos vazios urbanos, imóveis subutilizados e terras públicas. (...) têm falhado ao não reverter a tradição de concentração desigual de equipamentos e serviços públicos. Com frequência, os programas de regularização têm sido objeto de manipulação política por partidos e políticos de diversas tendências. (FERNANDES, 2006, p. 52)

3 A RUÍNA CONTEMPORÂNEA

A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. [...] Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros. (HUYSSSEN, 2014, p. 91)

A ruína histórica encanta e seduz uma vez que evoca a presença e a passagem do tempo. Kevin Lynch (1990, p. 9) afirma que quanto mais distantes do presente as edificações abandonadas estiverem, mais contemplativas se tornarão, de modo que o escoar do tempo parece apagar o incômodo gerado pelo abandonado, tornando as construções possíveis ferramentas de visita ao passado.

O fascínio do homem pela ruína teve origem na Antiguidade Clássica, ao vislumbrar os destroços dos edifícios que representavam o declínio de seus inimigos. No entanto, o caráter romântico e histórico da ruína surgiu apenas no Renascimento, sendo consideravelmente explorado nos séculos XVI e XVII, a partir da consciência de que a função original do edifício findou, mas sua presença física retrata algo que ainda não se desmanchou totalmente.

Em 1767, Denis Diderot escreve sobre a poética das ruínas, reconhecendo-as como um lembrete sublime da passagem do tempo:

Nós contemplamos os estragos do tempo, e na nossa imaginação espalhamos os escombros dos edifícios em que vivemos sobre o chão; naquele momento o silêncio e a solidão prevalecem em torno de nós, nós somos os únicos sobreviventes de uma nação inteira que já não existe. Esse é o primeiro princípio da poética das ruínas. (DIDEROT, 1767)

Todavia, a poetização da ruína - como elemento eterno e romântico - identificada nas ruínas históricas é dificilmente relacionada aos espaços abandonados da cidade contemporânea. Enquanto as ruínas históricas podem remeter a um ar bucólico, de um passado que já se foi, as ruínas atuais tendem a retratar um lugar incomum, perigoso e marginal. A ruína contemporânea é indefinida e informal, um objeto que espelha o presente.

As ruínas contemporâneas surgem como escombros causados pelo capitalismo, vestígios deixados pela aceleração do tempo na cidade pós-moderna: edifícios desocupados, edifícios inacabados, vazios urbanos. Diferenciam-se das ruínas históricas, segundo Gonçalves (2013), pela fragilidade contextual e afetiva. Sem memória e identidade, são apenas destroços desfalecidos pelo tempo.

Em uma sociedade que preza pelo útil, funcional e asséptico, as ruínas da pós-modernidade manifestam-se como espaços críticos. São espaços que danificam a eficácia e o dinamismo das cidades, despertando o medo e a obsessão pela passagem do tempo.

Para uns, sinal de eternidade; para outros a própria imagem da decrepitude; para uns a glória de qualquer coisa, para outros, o testemunho da disfuncionalidade; para uns, coisa preciosa, para outros, lixo; para uns, celebração, para outros, mau exemplo, coisa a evitar. (DOMINGUES, 2014, p. 13)

Em 1990, Kevin Lynch debruçou-se sobre o abandonado e as emoções que o espaço deteriorado desperta no homem. Lynch reconhece a dificuldade humana de enfrentar sua própria finitude. O autor identifica o temor pela morte, pela perda, pela própria decadência e deterioração.

Enfrentamos a morte com má vontade e nos aborrecemos com a decadência. Desejaríamos que as coisas fossem puras e durassem para sempre. Escolhemos o consumo como medida do bem-estar, mas não gostamos das suas consequências, enfatizamos a criação e

depreciamos coisas e lugares degradados. (LYNCH, 2005, p. 51)

Lynch (1990) também identifica outras formas de se perceber a ruína contemporânea. Apesar da comum negatização, a ruína pode instigar uma exploração e apropriação ativa, despertando curiosidades acerca de um passado nostálgico e de um futuro incerto. Nessa perspectiva, artistas apropriam-se das ruínas da modernidade como objeto de estudo, reconhecendo-as como espaços místicos e singulares.

As ruínas são, então, retratadas em intervenções artísticas. Surgem em fotografias, como no trabalho do casal alemão Bernd e Hilla Becher, que fotografaram, em preto-e-branco, inúmeras paisagens de indústrias abandonadas, torres de água, silos de grãos e tanques de gasolina.

Fiquei sabendo que esses edifícios [altos fornos] eram uma espécie de arquitetura nômade com uma vida curta, de 100 anos ou menos. Parecia importante mantê-los de alguma forma e a fotografia me parece ser a maneira mais apropriada de fazer isso. (BECHER, 2012)

Outro trabalho fotográfico acerca do abandonado é o das irmãs britânicas Jane e Louise Wilson, que produziram uma série de fotografias acerca de bunkers de concreto, construídos pelo regime nazista durante a II Guerra Mundial, que permanecem na costa norte da França há mais de 70 anos.

A relação do homem com a ruína contemporânea, portanto, diverge da relação com a ruína histórica, mas não é menos simbólica. O abandonado contemporâneo, segundo Solà-Morales (1995), pode ser a resposta para a nossa estranheza perante o mundo.

Os realizadores cinematográficos, os fotógrafos e os escultores de performance instantânea procuram refúgio nos arredores da cidade precisamente quando esta cidade lhes oferece uma identidade abusiva, uma homogeneidade esmagadora e uma liberdade de baixo controle. O entusiasmo por esses espaços vazios, expectantes, imprecisos e flutuantes é a chave urbana, a resposta para nossa estranheza perante o mundo, perante a nossa cidade e perante nós mesmos. (SOLÀ-MORALES, 1995)

A ruína da atualidade surge como um espaço de possibilidade. Enquanto, em uns, pode gerar sensações negativas, em outros, pode impulsionar um desejo de descoberta, de surpresa, de resignificação.

4 O ABANDONO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

As considerações e percepções acerca de intervenções no espaço preexistente alteraram-se ao longo dos anos. O próprio termo “intervenção” engloba diversas significações, do restauro à transformação, sendo interpretado por inúmeros autores e de diversas formas.

Intervir exige não apenas o conhecimento do passado, mas o diálogo entre o tempo que já se

foi e as novas exigências da sociedade moderna. Isso posto, intervir é a compreensão do espaço preexistente, do seu contexto histórico e social, de modo a prolongar sua identidade no cenário atual. Segundo Solà-Morales (2006), é fundamentar um projeto contemporâneo com uma “proposta imaginativa (...) pela qual se tenta não só reconhecer as estruturas do material histórico existente, mas também utilizá-las como uma pauta analógica de um novo artefato edificado.” (SOLÀ-MORALES, 2006, p. 33)

Françoise Choay (2010, p. 70) identifica o ato de intervir no preexistente como recorrente na cultura humana, relembrando uma antiga intervenção no Coliseu de Roma, no século IX, onde os arcos foram fechados e convertidos em habitações e armazéns, e na arena foi instalada uma igreja. Entretanto, os principais debates acerca do tema surgiram apenas no século XIX, com duas posições distintas defendidas pelo arquiteto Viollet-le-Duc e o escritor John Ruskin.

O restauro estilístico, defendido por Viollet-le-Duc, prega a reconstrução do degradado, com o propósito de alcançar sua perfeição formal. “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca num dado momento.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29)

Já o restauro romântico, discutido por Ruskin, reconhece o edifício deteriorado como um vestígio do passado que deve ser preservado para que as gerações futuras possam compreender sua temporalidade. “(...) a mais completa destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição que consiste numa falsa restituição do monumento destruído.” (RUSKIN, 2006, p. 156)

Na verdade, a teoria da conservação é um processo que resulta da confluência entre os ensinamentos da teoria da restauração de Viollet-le-Duc e da teoria da preservação de Ruskin, com o fim de formalizar critérios para encarar os edifícios históricos existentes. (SOLÀ-MORALES, 2006, p. 26)

As teorias defendidas por Ruskin e Viollet-Le-Duc anteciparam as políticas de proteção ao patrimônio que se desenvolveram mais tarde na Europa, intensificadas após dois acontecimentos históricos: a Revolução Industrial e a II Guerra Mundial.

A Revolução Industrial, entre 1850 e 1870, causou inúmeros impactos no espaço urbano consolidado, de modo que diversos fatores obrigaram as cidades a adaptarem-se ao novo estilo de vida da Era Industrial. Com o aumento demográfico e a migração dos trabalhadores para a cidade industrial, a cidade expandiu-se e o centro urbano, antes palco da vida urbana, tornou-se vago e desvalorizado, resultando em espaços abandonados ou subutilizados.

A II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, destruiu parcialmente ou completamente algumas cidades. Com o fim do confronto, em 1945, havia a urgência da reconstrução e construção de novas

habitações.

No pós-guerra, os países buscaram o desenvolvimento urbano e soluções para a crise na habitação e no sistema econômico. A indústria instalou-se e, como consequência, levou ao abandono das zonas rurais, processo semelhante ao das migrações ocorridas no período da Revolução Industrial. As cidades foram forçadas a expandirem-se, de modo que essa expansão “fez-se, obviamente à custa do declínio e desvalorização de certas zonas centrais que sofrem (...) o efeito de um desinvestimento industrial, comercial e imobiliário.” (GUERRA, 1999)

A urgência de novas habitações e a degradação das áreas industriais, com a consolidação dos princípios modernistas dos CIAMs e da Carta de Atenas, impulsionou a adoção de políticas de reconstrução baseadas na transformação do tecido urbano, a chamada Renovação Urbana, que consistiu, principalmente, na demolição do preexistente degradado e na construção de novas edificações.

Os Estados Unidos, apesar de não terem vivenciado a devastação da guerra, também adotaram o processo de renovação urbana, com o intuito de desapropriar e remodelar as áreas periféricas, residência da população pobre e negra.

A destruição do espaço urbano preexistente, somado ao início da conscientização dos problemas ambientais relativos à demolição do espaço construído e a importância das edificações e tecidos urbanos históricos, resultou em manifestações em diversas cidades pelo mundo.

A partir da década de 1970, com o intercâmbio de ideias promovido pelos protestos, surgem novos documentos urbanísticos, dos quais pode-se destacar a Carta de Amsterdã de 1975, na qual o conceito de “conservação integrada” destacou “(...) a introdução de arquitetura contemporânea em áreas antigas quando o contexto existente, as proporções, as formas, a disposição dos volumes e a escala, sejam integralmente respeitados.” (AMSTERDÃ, 1975)

À vista disso, pode-se afirmar que as melhores propostas de intervenção no ambiente construído são aquelas que conseguem agregar a singularidade do preexistente às transformações exigidas pela contemporaneidade. “O novo é novo porque introduz componentes que anteriormente não existiam, mas também, e sobretudo, porque modifica e reorganiza o pré-existente.” (GRACIA, 2001, p. 8)

REFERÊNCIAS

- BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas. Orientador: Roberto Segre. 2006. 242 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006
- LABASSE, Jean. L'Organisation de l'espace: éléments de géographie volontaire. Paris: Hermann, 1966.
- LYNCH, Kevin. Wasting Away - An exploration of waste: what it is, how it happens, why we fear it, how to do it well. 8. ed. San Francisco: Sierra Club Books, 1990.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territorios; prólogo de Saskia Sassen. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Terrain Vague. Terrain Vague, Cambridge, Massachusetts, p. 118-123, 1995. Disponível em: <http://arxiusarquitectura.cat/escrits_det.php?id=7>. Acesso em: 15 out 2019.
- ÁBALOS, Iñaki; HERREROS, Juan. et. al. Areas De Impunidad. 1. ed. Barcelona: Actor, 1997.
- BERRÍOS-NEGRÓN, Luis Rafael. Entrevista com Juan Herrero: “Arquitectura: Hoy más que nunca”, Entorno Mag. July Issue, Puerto Rico. 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional do Brasil, 2016.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Brasília: Ministério das Cidades, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, 2008.
- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AMSTERDÃ, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de. Carta de Amsterdã. Amsterdã, 1975.
- ANDRADE, MJFS. A Verticalização e a Origem do Movimento Moderno em Fortaleza. Fortaleza: DCOMOMO, 2016.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
- BOULOS, G. Por que ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem- teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e

Terra, 2010.

CERVELLATI, P. L. La nuova cultura delle città. La salvaguardia dei centri storici, la riappropriazione sociale degli organismi urbani e l'analisi dello sviluppo territoriale nell'esperienza di Bologna. Milão: Mondadori, 1977.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COUCH, C. Urban Renewal: Theory and Practice. Londres: Macmillan, 1990.

DIÓGENES, BHN. A centralidade da Aldeota como expressão dinâmica intra-urbana de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2005.

DOMINGUES, A. Ruinofilia: percurso crítico pelas imagens das ruínas portuguesas. Revista Arquitetura e Arte, Lisboa, n. 112, p. 38-39, 2014.

FERNANDES, E. Programas de regularização fundiária em áreas urbanas: comentários e lições. Oculum ensaios, Campinas, n. 6, p. 47- 57, 2006.

FERNANDES, FRC. Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Fortaleza: PRODEMA/UFC, 2004.

FERREIRA, JSW. Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

GLASS, R. London: Aspects of Change. University College, Centre for Urban Studies. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.

GOHN, MG. Movimentos Sociais e Luta pela Moradia. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GONÇALVES, L. Ruínas genéricas, estratégia de intervenção em construções inacabadas. 2013. 207f. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra, Coimbra.

GRACIA, F. Construir em lo Construído, La Architecture como Modificación. Guipúzcoa: Editora NERA, 1992.

GUERRA, I. A Baixa Pombalina: diagnóstico, prospectiva e estratégia de atores. Lisboa: Editora Celta, 1999.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1989.

HEIDEGGER, M. Heráclito. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções. Tradução de Maria Tereza Texeira e Marcus Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

HUYSSSEN, A. Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOWARICK, L. As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Paris: Anthropos, 1968.<sup>[L]
[SEP]</sup>

MARICATO, E. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1998.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARÓ, J. Desenho urbano e custos de urbanização. Porto Alegre: D. C. Luzzza, 1989.

MELO, MA. The State, the Housing Question and Policy Formation in Brazil 1937 - 1975. Falmer, University of Sussex: 1987.

MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUSKIN, J. A lâmpada da memória. Tradução de Maria Lucia B. Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SASSEN, S. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, HMB. Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

TOURAINÉ, A. Como sair do liberalismo? Bauru: EDUSC, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

VARGAS, Heliana; CASTILLO, Ana Luisa Howard de (orgs.). Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole Ltda, 2006. p. 1-52.

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VIOLLET-LE-DUC, E. Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.